



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

**CÓD 103 – ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE - NÍVEL SUPERIOR I
NÍVEL SUPERIOR - QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO I
TIPO A**



- ❖ Ao receber este Caderno de Questões, **verifique se:**
 - A sua opção de **FUNÇÃO** está correta.
 - Contém **60 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **01** a **60**.
 - Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- ❖ Marque seu tipo de prova em sua folha de respostas. A ausência de registro desse fato acarretará na eliminação do candidato, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
- ❖ O tempo de duração da totalidade das Provas Objetiva será de **04 (quatro) horas** corridas para todas as funções. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas do rascunho para o **CARTÃO RESPOSTA**.
- ❖ Ao receber o **CARTÃO RESPOSTA** confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- ❖ O **CARTÃO RESPOSTA** NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO RESPOSTA** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ❖ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- ❖ Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 60 (sessenta) minutos do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o Caderno de Questões.
- ❖ O candidato que se retirar do local de provas após decorridos os primeiros 60 (sessenta) minutos do início da prova somente poderá anotar suas opções de respostas em formulário disponibilizado pelo fiscal de sala.
- ❖ Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.
- ❖ Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o **CARTÃO RESPOSTA** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o **TEXTO I** e responda às questões 01, 02, 03 e 04.

TEXTO I**Energias alternativas podem gerar 1 milhão de empregos no Brasil**

Com investimentos em energias alternativas, o Brasil pode gerar mais de 1 milhão de empregos e reduzir em 28 toneladas a emissão de CO² até 2025.

Nos próximos cinco anos, os investimentos da indústria de energia alternativa, como a solar e a eólica, e o impacto da digitalização das cidades podem gerar mais de 1,2 milhão de novos empregos no país.

A análise é do Fórum Econômico Mundial, em parceria com a Accenture, empresa global de serviços profissionais, que ouviu mais de 25 empresas de serviços públicos globais e empresas de tecnologia de energia.

Além dos empregos, esses investimentos deverão resultar na redução de 28 toneladas de emissão de CO² (dióxido de carbono). O estudo foi feito em várias regiões, explorando o caminho das concessionárias em meio à pandemia e as oportunidades para acelerar o crescimento econômico e a transição para a energia limpa.

O Grupo de Ação da Indústria, formado por mais de 25 empresas, buscou avaliar de forma holística os resultados econômicos, ambientais, sociais, bem como desdobramentos técnicos de potenciais soluções de energia.

Segundo a Accenture, foram mapeados diversos elementos da cadeia de valor do setor elétrico no país, como emissão de gás carbônico, pegadas d'água, acesso a eletricidade, qualidade do ar, resiliência e segurança do setor, qualidade de serviços e flexibilidade.

No entanto, foram outros aspectos que se destacaram no cenário nacional, como: impactos no emprego e na economia, eficiência do setor e produtividade, investimento estrangeiro, atualização de sistemas e competitividade.

Setor elétrico deve triplicar até 2050

Com o mapeamento do setor elétrico brasileiro, foi possível identificar um modelo que pode direcionar a transformação e atualização do país em termos de energia, utilizando sua grande fonte de energia hidrelétrica como alicerce para sustentar a população.

Simultaneamente a isso, investimentos em fontes alternativas de energia ganham força, como a solar e a eólica, bem como investimentos em cidades integradas e inteligentes.

A demanda por energia no país deve triplicar até 2050, fortalecendo a necessidade de investimentos. Para isso, segundo o estudo, o Brasil deverá precisar de, pelo menos, 38 novas linhas de distribuição de energia com mais de 5 mil km de extensão.

Na prática, isso significa um investimento de mais de R\$10 bilhões, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética, articulada com o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Economia.

(...)

*Folha Dirigida. Reportagem: **Energias Alternativas podem gerar 1 milhão de empregos no Brasil.** [Fragmento].
(Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/mais/noticias/sustentabilidade/energias-alternativas-podem-gerar-1-milhao-de-empregos-no-brasil>.)*

1. De acordo com o **TEXTO I**, é correto afirmar que

- A) a análise é do Fórum Econômico Mundial, em parceria com a Accenture, empresa global de serviços profissionais, que ouviu mais de 25 empresas estatais.
- B) a pesquisa sinaliza que, até 2050, o Brasil triplicará a demanda de energia, necessitando de mais 38 linhas de distribuição e investimento acima de R\$ 10 bilhões.
- C) na cadeia de valor do setor elétrico no país, tiveram destaque os impactos no emprego e na economia, a eficiência do setor e produtividade e o investimento estrangeiro.
- D) no Brasil, os investimentos em energias alternativas já asseguram mais de 1 milhão de empregos e até 2050 reduzirão em 28 toneladas a emissão de CO².
- E) o cenário brasileiro apresentou como aspectos relevantes a emissão de gás carbônico, pegadas d'água, acesso a eletricidade e qualidade do ar.

2. O TEXTO I adota características da linguagem jornalística, destacando-se:

- I. Objetividade: linguagem clara, precisa, direta, possibilitando que as informações estejam ao alcance e possam ser compreendidas pelo público.
- II. Simplicidade: adota termos corriqueiros da linguagem oral e escrita, intercalando-os com termos arcaicos e rebuscados na elaboração da informação.
- III. Imparcialidade: considerada como uma das premissas do Jornalismo, serve para evitar juízos de valores capazes de interferir com a verdade dos fatos.
- IV. Linguagem narrativa: é característica básica de todos os gêneros jornalísticos, pois apenas narram os acontecimentos aos diferentes tipos de público.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I e III.
- B) apenas em I e IV.
- C) apenas em II e III.
- D) apenas em II e IV.
- E) em afirmativas, II, III e IV.

3. O objetivo principal do autor com o TEXTO I é

- A) alertar sobre um grande crescimento econômico por meio de energias renováveis.
- B) denunciar os atuais prejuízos do consumo de energias não-renováveis no planeta.
- C) estimular que as empresas estrangeiras invistam na preservação ambiental.
- D) informar sobre a relação entre criação de empregos e energias renováveis.
- E) utilizar argumentos para ampliar o consumo de energias não-renováveis.

4. No trecho “buscou avaliar de forma holística os resultados econômicos, ambientais”, o termo “holística” significa

- A) célere.
- B) diligente.
- C) expressiva.
- D) integral.
- E) veemente.

5. Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo destacado poderia ocupar outra posição, sem qualquer prejuízo gramatical.

- A) Em nenhuma hipótese **lhe** autorizou para sair à noite.
- B) Isso **lhe** bastava para repensar suas atitudes em casa.
- C) Os atores **me** falaram tudo que havia ocorrido naquele dia.
- D) Aqui nesta cidade litorânea **se** trabalha demasiadamente.
- E) Parabenizou os candidatos, retirando-**se** antes da solenidade.

6. Assinale a alternativa com a classificação correta do sujeito da oração.

- A) Trata-se de um investimento de mais de R\$ 10 bilhões, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética. (oração sem sujeito)
- B) Fez-se um estudo sobre o impacto da digitalização das cidades que pode gerar mais de 1,2 milhão de novos empregos no país. (sujeito indeterminado)
- C) Foi possível identificar um modelo que pode direcionar a transformação e atualização do país em termos de energia. (sujeito oculto)
- D) O Grupo de Ação da Indústria, formado por mais de 25 empresas, buscou avaliar de forma holística os resultados econômicos, ambientais e sociais. (sujeito composto)
- E) Choveram elogios ao trabalho de proteção ambiental patrocinado pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério da Economia. (sujeito simples)

7. Assinale a alternativa em que a acentuação gráfica e a concordância verbal estão corretas.

- A) As pessoas, que não lêem boas obras literárias, sente dificuldades em escrever.
- B) Em janeiro, as chuvas eram tão fortes que os para-raios saíam voando.
- C) Hoje, as crianças vêem os superheróis, diferentemente dos seus país.
- D) Na Antigüidade, os pedidos de remissão era mais respeitados por todos.
- E) Nos Jogos Panamericanos, os atletas brasileiros costumam terem boa atuação.

8. Assinale a alternativa em que a colocação da crase e da pontuação estão corretas.

- A) A criança, sem a presença dos pais não assiste à filmes de horror.
- B) No jantar das bodas de ouro, pedimos arroz à grega e bife a cavalo.
- C) O sino da igreja tocaria daqui à uma hora, para iniciar a festa.
- D) O tema que escolhemos na reunião, não interessa à ninguém.
- E) Todos cantaram; "parabéns a você" por seu aniversário.

9. Observe as conjugações verbais:

"Não ames!", "Não comas!", "Não partas".

Assinale a alternativa em que foram passadas para a forma afirmativa respectiva corretamente.

- A) "Ame!", "Coma!", "Parta!".
- B) "Ame!", "Coma!", "Parta!".
- C) "Ama!", "Come!", "Parte!".
- D) "Ama!", "Coma!", "Parta!".
- E) "Ame!", "Come!", "Parte!".

10. Observe o período a seguir:

“**Embora** tenha sofrido muitas dificuldades, o cientista enriqueceu, **não obstante** permanecia com suas atividades de filantropia”.

Assinale a alternativa que apresente corretamente as respectivas funções das conjunções em destaque.

- A) concessão e oposição
- B) alternância e oposição
- C) explicação e conclusão
- D) oposição e explicação
- E) hipótese e concessão

11. Leia a oração a seguir:

“Permita-me ouvir o que dizem os astros, colega.”

Assinale a alternativa com a classificação morfossintática correta.

- A) A expressão “os astros” é um objeto direto.
- B) A oração tem sujeito indeterminado.
- C) A palavra “colega” é um aposto especificativo.
- D) O termo “o” é um pronome demonstrativo.
- E) O verbo “dizer” está no presente do subjuntivo.

Leia o TEXTO II e responda às questões 12, 13, 14 e 15.

TEXTO II
Via Láctea – Soneto XIII

Olavo Bilac

“Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!” E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...
E conversamos toda a noite, enquanto
A via-láctea, como um pálio aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudosos e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.
Dizeis agora: “Tresloucado amigo!
Que conversas com elas? Que sentido
Tem o que dizem, quando estão contigo?”
E eu vos direi: “Amai para entendê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido
Capaz de ouvir e de entender estrelas”.

*(Disponível em
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000252.pdf>).*

12. Ao ler o TEXTO II, pode-se concluir que

- A) apenas quem perdeu a razão consegue conversar com as estrelas.
- B) incomodado, o poeta reprova o seu interlocutor, considerando-o louco.
- C) o amor concede ao poeta a capacidade de entender as estrelas.
- D) é feita uma idealização de um diálogo entre o poeta e sua alma.
- E) o poeta perdeu sua amada e, por isso, busca refúgio nas estrelas.

13. No poema do TEXTO II, Olavo Bilac adota, predominantemente, uma linguagem

- A) culta, usando termos rebuscados, mas acessíveis à compreensão do leitor.
- B) culta, visando exaltar o ego do poeta com o uso de termos rebuscados.
- C) popular, indicando a presença do interlocutor como licença poética.
- D) popular, mas adotando alguns termos arcaicos de origem latina.
- E) popular, usando reticências e interrogações como licença poética.

14. No trecho “Dizeis agora: “Tresloucado amigo!”, a forma verbal “dizeis” está conjugada na

- A) segunda pessoa do plural do imperfeito do subjuntivo.
- B) terceira pessoa do singular do imperfeito do subjuntivo.
- C) segunda pessoa do plural do futuro do pretérito do indicativo.
- D) terceira pessoa do plural do futuro do presente do indicativo.
- E) segunda pessoa do plural do futuro do presente do indicativo.

15. As palavras “pálio” e “cintila”, em destaque no TEXTO II, significam, respectivamente,

- A) corrida e destila.
- B) fraco e evapora.
- C) local e goteja.
- D) metal e fibrila.
- E) manto e fagulha.

**ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
LEGISLAÇÃO**

16. Com base na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa que apresenta os termos necessários ao correto preenchimento das seguintes lacunas: “O _____ não exime a pessoa jurídica da obrigação de _____ o dano causado”.

- A) acordo de leniência; minimizar
- B) acordo de leniência; reparar integralmente
- C) termo de ajustamento de conduta; indenizar totalmente
- D) inquérito administrativo; reparar parcial ou totalmente
- E) inquérito administrativo; indenizar integralmente

17. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa que trata corretamente do conceito de “informação pessoal”.

- A) É aquela relacionada à determinada pessoa física ou jurídica.
- B) É aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade.
- C) É aquela que não pode ser modificada pelo Estado.
- D) É aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- E) É aquela submetida permanentemente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança do Estado.

18. À luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública,

- A) qualquer omissão negligente que viole os deveres de imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.
- B) concorrer para que terceiro se enriqueça ilícitamente.
- C) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
- D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- E) qualquer omissão culposa que viole o direito à imparcialidade e à lealdade administrativas.

19. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), analise as assertivas a seguir:

- I. É dever fundamental do servidor público, dentre outros, ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- II. Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- III. É vedado ao servidor público zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da segurança coletiva.

É correto o que se afirma

- A) em I, II e III.
- B) apenas em I.
- C) apenas em II.
- D) apenas em III.
- E) apenas em I e II.

20. Analise as afirmativas a seguir sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013):

- I. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- II. Na hipótese de fusão ou cisão societária, isenta-se a responsabilidade das pessoas jurídicas envolvidas, redirecionando-a para os respectivos sócios.
- III. A responsabilidade da pessoa jurídica está condicionada à responsabilização individual das pessoas naturais.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em II.
- C) apenas em III.
- D) apenas em I e II.
- E) apenas em II e III.

INFORMÁTICA BÁSICA

21. Os sistemas operacionais possuem diferentes formas de organizar suas pastas e arquivos. Chamamos isso de sistemas de arquivos. Um mesmo sistema, inclusive, dependendo da sua versão e aplicação, pode ter um ou mais tipos de sistemas de arquivos. Assinale a alternativa que possui um sistema de arquivos nativo do Linux.

- A) EXT3
- B) NTFS
- C) HPFS
- D) FAT32
- E) FAT16

22. Rede Social baseada na criação e compartilhamento de vídeos de curta duração que podem ser editados com efeitos diversos e músicas. Assinale a alternativa que contém o nome da rede ora descrita.

- A) Facebook
- B) Pinterest
- C) Twitter
- D) TikTok
- E) YouTube

23. Trata-se de uma das redes sociais de maior audiência na Internet e que permite a criação de páginas e grupos e venda de produtos pelos seus usuários. A descrição em questão se refere ao

- A) Instagram.
- B) Pinterest.
- C) LinkedIn.
- D) Facebook.
- E) Blogger.

24. A respeito do Excel, gerenciador de planilhas da Microsoft, componente do pacote de aplicativos Office, assinale a alternativa correta.

- A) Seus arquivos padrão possuem a extensão “.XML”.
- B) O máximo de pastas de trabalho que podem ser abertas ao mesmo tempo são dez.
- C) Os endereços de células podem ser referenciados de duas maneiras: relativos ou mistos.
- D) Endereços absolutos utilizam o símbolo # antes do nome (letra) da coluna e/ou antes do número da linha.
- E) O padrão para o endereço de células é letra para colunas e números para as linhas, podendo, porém, ser alterado para números em ambos.

25. O MS Word é um dos editores de texto mais conhecidos e utilizados no mundo todo. Ele pertence à suíte de aplicativos Office da Microsoft. Sobre as funções do Word, assinale a alternativa correta.

- A) As tabelas possuem um número limitado de linhas.
- B) É possível numerar as páginas de um documento com numeração arábica e romana em um mesmo documento.
- C) Não é possível numerar as linhas de um documento.
- D) A régua horizontal é apresentada na parte inferior da área de trabalho do documento.
- E) Para inserir uma quebra de página em qualquer ponto de um documento, basta pressionar as teclas SHIFT+ENTER.

26. No Excel, o gerenciador de planilhas da Microsoft, existe uma série de funções estatísticas. Na Figura abaixo foi utilizada uma dessas funções estatísticas que retornou, na célula C2, o número correspondente de pessoas no departamento de vendas:

	A	B	C
1	Funcionário	Departamento	Pessoas
2	A	Gerência	3
3	B	Vendas	
4	C	TI	
5	D	TI	
6	E	Gerência	
7	F	Diretoria	
8	G	Vendas	
9	H	Vendas	
10			

Figura 1 - Informando o número de pessoas do setor

Assinale a alternativa que contém a função correta utilizada na célula C2:

- A) =CONT(B2:B9;"Vendas")
- B) =CONT.SE(B2:B9;"Vendas")
- C) =CONT.SE(B2:B9;"Departamento")
- D) =CONT(B2:B9;"Departamento")
- E) =CONT.SE(B2:B9;"Gerência")

27. Assinale a alternativa com a correta complementação: URL, Universal Resource Locator, é o nome dado a um

- A) endereço Web utilizado para acessar e identificar páginas eletrônicas na Web.
- B) protocolo de rede para acesso às páginas eletrônicas.
- C) aplicativo utilizado para buscar as páginas eletrônicas na Web.
- D) endereço de e-mail utilizado para acessar e identificar a caixa postal eletrônica dos usuários.
- E) aplicativo que identifica os arquivos criados com o navegador Mozilla.

28. São softwares que detectam e removem programas maliciosos, como vírus e worms, protegendo os sistemas de computador contra essas ameaças. Assinale a alternativa que apresenta um desses programas.

- A) Pipefy
- B) Asana
- C) Comodo
- D) Avant
- E) Acrobat

29. Vários aplicativos foram criados para armazenar e manipular arquivos em ambiente de nuvem, utilizando os drives virtuais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses aplicativos.

- A) Firefox
- B) Outlook
- C) OneDrive
- D) Megadrive
- E) Droppot

30. A segurança da informação é uma das áreas que mais se desenvolve quando se trata de computação, sendo muito promissora para quem pretende trabalhar com informação. Sobre segurança e proteção de informações na Internet, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) Mesmo com o uso de aplicativos antivírus, grande parte da prevenção contra os vírus e outras ameaças depende dos usuários, pois os ataques e invasões ocorrem, também, em predominância, em função do comportamento do usuário.
- B) Manter o antivírus ativado e sempre atualizado é uma forma de prevenir e evitar infecções.
- C) Trocar periodicamente as senhas é uma maneira de proteção contra vírus eletrônicos.
- D) Não propagar correntes de e-mails e não clicar em links desconhecidos e suspeitos são uma boa maneira de se evitar infecções.
- E) Vírus surgem a todo instante; na verdade, variações de vírus já existentes são bastante comuns. Por isso, a instalação e manutenção de programas antivírus são imprescindíveis para eliminá-los, por meio do reconhecimento da assinatura do vírus.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com a legislação vigente, os créditos adicionais são definidos como as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os créditos adicionais são classificados em suplementares adicionando-se à dotação orçamentária que devam reforçar; especiais e extraordinários que conservam a sua especificidade.
- II. Os créditos especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- III. Os créditos suplementares e especiais são abertos por decreto do poder executivo, e por isso, não dependem de prévia autorização legislativa.
- IV. Os créditos extraordinários, na União, são abertos por medida provisória do Poder Executivo e submetido ao Congresso Nacional.

É correto o que se apresenta

- A) nas afirmativas I e II, apenas.
- B) nas afirmativas II e III, apenas.
- C) nas afirmativas I e IV, apenas.
- D) nas afirmativas III e IV, apenas.
- E) em todas as afirmativas.

32. O Senado Federal, por meio das Resoluções nº 40 e 43/2001, estabeleceu parâmetros para o endividamento de Estados e Municípios, a fim de garantir a sustentabilidade da dívida pública desses entes. Assinale a alternativa que se equipara à operação de crédito, para fins de cômputo da dívida pública consolidada.

- A) A assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo Estado, Distrito Federal ou Município.
- B) O parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não-financeiras que não impliquem elevação do montante da dívida consolidada líquida.
- C) O recebimento antecipado de dividendos de empresa em que o Poder Público detém maioria do capital social.
- D) A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
- E) O pagamento antecipado a fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão por parte deste, de aceite ou aval de títulos de crédito.

33. Os arts. 12 e 13 da Lei nº 4.320 de 1964 classificam a despesa por categoria econômica em Despesas Correntes e Despesas de Capital. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. As Despesas de Custeio e as Transferências Correntes são classificadas como Despesas Correntes.
- II. Os Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital são Despesas de Capital.
- III. As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados são Despesas de Custeio.
- IV. As dotações destinadas a aquisição de imóveis já em utilização são classificadas como Inversões Financeiras.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I e II.
- B) apenas em I e IV.
- C) apenas em II e III.
- D) apenas em III e IV.
- E) em I, II e III.

34. As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária. Sobre as descentralizações de crédito, é correto afirmar que

- A) alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.
- B) as dotações descentralizadas devem ser empregadas obrigatória e integralmente na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitada a classificação funcional programática.
- C) podem ser internas (entre unidades gestoras de um mesmo órgão) e externas (entre unidades gestoras de órgãos diferentes), sendo chamadas, respectivamente, de destaque e provisão.
- D) podem ser chamadas também de transferência ou transposição, pois alteram a classificação institucional e a programação das dotações orçamentárias.
- E) semelhantes às transferências voluntárias, nas descentralizações devem ser utilizados os elementos de despesas típicos destas, quais sejam 41 - Contribuições e 42 – Auxílios.

35. A Constituição Federal de 1988 prevê, em linhas gerais, quatro formas de atuação do Estado na economia:

- I. como agente econômico em sentido estrito;
- II. como agente regulador;
- III. como prestador de serviços públicos;
- IV. como agente econômico em regime de monopólio.

Correlacione, agora, o rol de atividades relacionadas abaixo às formas de atuação do Estado supracitadas:

()	A concessão de empréstimos habitacionais, pela Caixa Econômica Federal, com recursos da poupança.
()	A distribuição de vacinas em uma Unidade Básica de Saúde.
()	A entrega de uma carta pelos Correios.
()	A autorização de venda de um novo medicamento pela ANVISA.

Assinale a alternativa que mostra a sequência correta obtida no sentido de cima para baixo.

- A) I, III, IV, II
- B) I, II, III, IV
- C) I, IV, III, II
- D) II, III, IV, I
- E) IV, III, I, II

36. O Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamenta os convênios e os contratos de repasse celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Quanto à disciplina dessa norma, é correto afirmar que

- A) visando a execução de programa de governo em regime de mútua cooperação pode ser firmado convênio com entidades privadas.
- B) a execução de programa de trabalho de um projeto que objetive a realização de obra será feita por meio de convênio.
- C) a prestação de contas dos convênios e dos contratos de repasse inicia-se após a liberação de todas as parcelas dos recursos financeiros.
- D) os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias da conclusão do convênio.
- E) o prazo de análise da prestação de contas será de dois anos, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente justificado.

37. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dedica atenção especial às despesas com pessoal da União, Estados e Municípios, estabelecendo limites para essa despesa. Assim, assinale a alternativa que apresenta corretamente um item computado para fins do cálculo do limite da despesa total com pessoal.

- A) Indenizações por demissão de servidores ou empregados.
- B) Terceirização de mão-de-obra para substituição de servidores.
- C) Programas de incentivo a demissão voluntária de servidores.
- D) Pensionistas pagos com recursos de contribuições dos segurados.
- E) Contrato de gestão com organização social de saúde.

38. O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais que são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, esses créditos são classificados em: suplementares, especiais e extraordinários. Sobre esse tema, analise as situações a seguir:

- I. Devido à pandemia da Covid, causada pelo vírus conhecido SARS-CoV-2, o governo decretou estado de calamidade pública e está investindo em pesquisa para desenvolvimento de vacinas, adquirindo EPIs e outros insumos, gerando uma série de despesas não previstas no seu orçamento.
- II. As despesas para pagamento de pessoal correspondem a uma parte expressiva do gasto do governo. Essas despesas no ano corrente foram maiores que a dotação orçamentária prevista e aprovada na lei orçamentária anual.
- III. O Ministério da Educação, com o objetivo de atingir a meta de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, prevista no Plano Nacional da Educação (PNE), revolve custear um projeto de promoção da educação profissional que não estava previsto na lei orçamentária anual.

Considerando que as despesas acima não foram computadas ou foram insuficientemente dotadas no Orçamento Anual, correlacione-as com os créditos adicionais abaixo, que deverão ser abertos para seu atendimento:

()	Crédito suplementar
()	Crédito especial
()	Crédito extraordinário

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta obtida no sentido de cima para baixo.

- A) I, II, III
- B) I, III, II
- C) II, I, III
- D) II, III, I
- E) III, II, I

39. O Decreto nº 6.170/2007 dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Sobre as normas de celebração, acompanhamento e prestação de contas dispostas nesse Decreto, assinale a afirmativa **incorreta**.
- A) A celebração de convênios e contratos de repasse é vedada com entidades privadas sem fins lucrativos que não comprovem ter desenvolvido, durante os últimos cinco anos, atividades referentes à matéria objeto do convênio ou contrato de repasse.
- B) A celebração de convênios e contratos de repasse é vedada com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental.
- C) A celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.
- D) A celebração de convênio ou contrato de repasse é vedada com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.
- E) A celebração de convênio ou contrato de repasse pela União e suas entidades deve conter cláusula que indique a forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pela concedente e cláusula que veda ao conveniente estabelecer contrato com entidades impedidas de receber recursos federais.
-
40. A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre a ordem econômica, permite que o Estado atue na economia. No seu art. 174, dispõe que, como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento. Sobre esse tema, é correto afirmar que
- A) a função de fiscalização é aplicada quando o Estado estabelece um tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, previsto no art. 170 da Constituição.
- B) a função de planejamento foi aplicada quando o Estado criou a Zona Franca de Manaus, atualmente prevista no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- C) a função de fiscalização é aplicada quando o Estado, por meio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), investiga eventual abuso de poder econômico.
- D) a função de planejamento é aplicada diretamente nas atividades exercidas pelas pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
- E) a função de incentivo foi aplicada quando o Estado criou a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para regular o setor de telecomunicações brasileiro.
-
41. Segundo relatório mensal divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia, a dívida pública federal fechou em R\$ 5,06 trilhões em janeiro de 2021. A dívida pública pode ser classificada em dívida fluante e dívida fundada ou consolidada. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:
- I. A dívida fundada ou consolidada é considerada de curto prazo e a dívida fluante ou administrativa pode ser classificada tanto como de curto prazo como de longo prazo, em função da sua exigibilidade.
- II. A dívida fluante pode estar relacionada à execução da despesa orçamentária liquidada e não paga, da inscrição dos restos a pagar processados e não processados, bem como do serviço da dívida.
- III. A dívida fundada pode ser oriunda de receita de capital em razão de obtenção de recursos através da operação de crédito; além de financiamentos a pagar e de passivos contingentes.
- IV. A dívida fluante pode ser interna, quando compreende empréstimos adquiridos através de títulos emitidos pelo governo, ou externa, quando compreende os empréstimos contratados no exterior.
- É correto o que se afirma
- A) apenas em I e IV.
- B) apenas em I e III.
- C) apenas em II e III.
- D) apenas em III e IV.
- E) em I, II, III e IV.
-
42. O Ministério da Economia fará uma descentralização de créditos orçamentários para o Ministério da Educação, que, por sua vez, descentralizará parte desses créditos para uma de suas unidades orçamentárias. Nessa situação, o Ministério da Economia e o Ministério da Educação deverão realizar, respectivamente,
- A) repasse orçamentário e destaque.
- B) destaque e provisão.
- C) cota e destaque.
- D) sub-repasse e provisão.
- E) provisão e repasse.
-
43. O Ministério da Economia, após realizar uma descentralização orçamentária para o Ministério da Educação, deverá autorizar a liberação de recursos financeiros e o Ministério da Educação deverá autorizar a liberação de parte desses recursos para uma das suas unidades orçamentárias. Nessa situação, o Ministério da Economia e o Ministério da Educação deverão realizar, respectivamente,
- A) cota orçamentária e repasse.
- B) repasse e cota orçamentária.
- C) sub-repasse e repasse.
- D) repasse e sub-repasse.
- E) cota orçamentária e sub-repasse.

44. A Lei nº 4.320/64, dentre outras questões, dispõe sobre o controle da execução orçamentária. Sobre esse tema, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) O controle externo da execução orçamentária será exercido pelo Poder Legislativo, que terá por objetivo verificar a probidade da Administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- B) O controle da execução orçamentária compreenderá o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços e caberá ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação.
- C) O controle interno da execução orçamentária será exercido pelo Poder Executivo, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente que emitirá parecer prévio das contas do Poder Executivo que serão submetidas ao Poder Legislativo.
- D) O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações e a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.
- E) O controle da execução orçamentária compreenderá o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços. Quando for o caso, esse controle será feito em termos de unidade de medida, previamente estabelecidos para cada unidade.

45. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 70, estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida por dois sistemas: controle interno e controle externo. O controle externo, a Cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete

- A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em setenta dias a contar de seu recebimento.
- B) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- C) prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, exclusivamente por meio da Câmara dos Deputados, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, exceto das fundações mantidas pelo poder público federal.
- E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

46. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.
- II. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa.
- III. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração na União, não poderá exceder 50% da receita corrente líquida.
- IV. A despesa total com pessoal inclui como espécies remuneratórias os proventos da aposentadoria, reformas e pensões, bem como encargos sociais.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I e II.
- B) apenas em I e IV.
- C) apenas em II e III.
- D) apenas em III e IV.
- E) em I, II, III e IV.

47. Contabilidade Pública consiste no ramo da ciência contábil que, utilizando os princípios de contabilidade e, levando em conta as normas de direito financeiro, efetua as funções de registro, controle, avaliação e demonstração do patrimônio e do orçamento público. A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964. No tocante ao regime orçamentário, no setor público, é correto afirmar que o Brasil

- A) adota o regime misto, sendo competência para as receitas e caixa para as despesas públicas. Esse regime é usado para apurar o resultado patrimonial, na demonstração das variações patrimoniais.
- B) adota o regime misto, sendo caixa para as receitas e competência para as despesas. Desse confronto surge o resultado orçamentário, no balanço orçamentário.
- C) adota o regime misto, sendo competência para as receitas e caixa para as despesas. Esse regime é usado para apurar o resultado orçamentário, na demonstração das variações patrimoniais.
- D) adota o regime de competência para as receitas e para as despesas. Desse confronto surge o resultado orçamentário, no balanço orçamentário.
- E) adota o regime de competência para as receitas e para as despesas. Desse confronto surge o resultado patrimonial, na demonstração das variações patrimoniais.

48. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a despesa pública é classificada em duas categorias econômicas: Despesa Corrente e Despesa de Capital. As despesas correntes são as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, enquanto as despesas de capital são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. A despesa por categoria econômica pode ainda ser discriminada por grupos de natureza da despesa e por elementos de despesa. Observada essa classificação, relacione a Coluna 1 à Coluna 2 a seguir, associando os grupos de natureza das despesas correntes e de capital aos seus respectivos elementos de despesa.

Coluna 1

1	Despesas de Custeio
2	Transferências Correntes
3	Investimentos
4	Inversões Financeiras
5	Transferências de Capital

Coluna 2

<input type="checkbox"/>	Aquisição de bens de capital já em utilização
<input type="checkbox"/>	Passagem e despesas com locomoção
<input type="checkbox"/>	Aquisição de equipamentos de TIC
<input type="checkbox"/>	Juros da Dívida Pública
<input type="checkbox"/>	Auxílios para Obras Públicas

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta obtida no sentido de cima para baixo.

- A) 5 – 1 – 3 – 4 – 2.
 B) 5 – 1 – 4 – 3 – 2.
 C) 4 – 3 – 1 – 2 – 5.
 D) 2 – 5 – 3 – 4 – 1.
 E) 4 – 1 – 3 – 2 – 5.

49. A administração financeira e orçamentária do Brasil é descentralizada em quatro grandes sistemas federais, amparados em instrumentos legais bem definidos que proporcionam um processo orçamentário e financeiro transparente e organizado, objetivando aliar o planejamento ao orçamento de forma responsável na gestão dos recursos públicos. No tocante à finalidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme Decreto Nº 3.591, de 6 de setembro 2000, é correto afirmar que compreende as atividades relacionadas

- A) ao controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União.
 B) ao cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 C) à administração dos direitos e haveres, garantias e obrigações do Tesouro Nacional.
 D) à elaboração da proposta orçamentária da União, dos Estados e dos municípios.
 E) à orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

50. A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Poder Executivo estabelecerá, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a programação financeira no prazo de

- A) até trinta dias após a publicação dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
 B) até quinze dias úteis após a publicação dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
 C) até quinze dias após a publicação dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
 D) até trinta dias úteis após a publicação dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
 E) até sessenta dias após a publicação dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

51. Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA). Assim, todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, mas cada um estabelecerá seus próprios programas e ações de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999. O Orçamento Federal está organizado em programas, a partir dos quais são relacionadas as ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação. Com relação à estrutura programática do orçamento federal, é correto afirmar que

- A) projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, das quais não resultam produtos e que não concorrem para o aperfeiçoamento da ação.
 B) transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas estão incluídas no conceito de ação na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos.
 C) cada projeto ou atividade do Orçamento Federal está associado a múltiplos produtos ou serviços, que, quantificados por sua unidade de medida, darão origem, de forma regionalizada, às metas físicas.
 D) operações especiais abrangem despesas que contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais resulta um produto, e geram contraprestação direta.
 E) atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar os objetivos de um programa, e envolve um conjunto de operações realizadas de modo contínuo e provisório, das quais resultam múltiplos produtos.

52. As Metas Fiscais integrarão o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. No tocante aos procedimentos descritos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 9º, se houver frustração da receita estimada no orçamento para auxiliar a programação orçamentária e financeira ao cumprimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é correto afirmar que
- A) se verificado, ao final de um trimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos noventa dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - B) se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos sessenta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - C) se verificado, ao final de um trimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos sessenta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - D) se verificado, ao final de um trimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - E) se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
53. A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixa a meta de resultado primário. O resultado primário do governo federal é representado pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias. Qual das alternativas abaixo compõe a receita primária, na apuração do resultado primário no exercício financeiro correspondente, do governo federal?
- A) Receita referente à emissão de títulos.
 - B) Receita referente à contratação de operações de crédito por organismos oficiais.
 - C) Receita referente a aplicações financeiras da União das privatizações.
 - D) Receita referente à amortização de empréstimos concedidos.
 - E) Receita referente à cota-parte das compensações financeiras.
54. O Balanço Financeiro, conforme art. 103 da Lei nº 4.320/1964, demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Com relação à elaboração do Balanço Financeiro, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é correto afirmar que
- A) a inscrição de restos a pagar utilizará a classe Variações Patrimoniais Diminutivas.
 - B) as transferências financeiras concedidas utilizarão a classe Orçamento Aprovado.
 - C) as transferências financeiras recebidas utilizarão a classe Ativo.
 - D) a receita orçamentária utilizará a classe Execução do Orçamento.
 - E) o pagamento de restos a pagar utilizará a classe Passivo.
55. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais. Sobre o Balanço Patrimonial, conforme art. 105 da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que
- A) demonstrará apenas o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente e o saldo patrimonial.
 - B) o Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
 - C) o Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.
 - D) o Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que dependam de autorização orçamentária.
 - E) o Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que independam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

56. São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas. No tocante ao cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar, é **incorreto** afirmar que

- A) deve ser registrado como receita orçamentária do exercício.
- B) se refere ao estabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida.
- C) deve observar rotinas específicas quanto às informações de natureza patrimonial.
- D) consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores.
- E) deve observar rotinas específicas quanto ao estágio em que a despesa se encontrar.

57. A escrituração contábil provê o balanço patrimonial e os demais demonstrativos contábeis que compõem a prestação de contas do presidente da República, do governador e do prefeito municipal, dentre outras autoridades. Também com base na escrituração contábil, deverão ser emitidos dois relatórios de natureza fiscal, descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São eles: o relatório resumido da execução orçamentária (arts. 52 e 53) e o relatório de gestão fiscal (arts. 54 e 55). A respeito da prestação de contas presidencial, conforme art. 84 Constituição Federal de 1988, e dos relatórios de natureza fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- A) A prestação de contas presidencial referente ao exercício anterior deve ser remetida ao Congresso Nacional em até noventa dias após a abertura da sessão legislativa.
- B) O relatório de gestão fiscal e o relatório resumido da execução orçamentária, com base na escrituração contábil, devem ser publicados pelo Ministério da Economia trimestralmente.
- C) O relatório de gestão fiscal é composto, dentre outros, de demonstrativos de comparação da inscrição em restos a pagar com as disponibilidades de caixa e de comparação da dívida consolidada com seus limites.
- D) O relatório resumido da execução orçamentária é composto, dentre outros, de demonstrativos de comparação do montante de operações de crédito e das concessões de garantias com seus limites.
- E) O relatório resumido da execução orçamentária deve ser divulgado e enviado ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas nos prazos e nas condições estabelecidos em lei, sob pena de infração administrativa.

58. Conforme Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica. Conforme Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018, **não** serão objeto de bloqueio os restos a pagar não processados, emitidos a partir do exercício financeiro de 2016, relativos às despesas do

- A) Ministério da Economia.
- B) Ministério da Educação.
- C) Ministério da Defesa.
- D) Ministério da Justiça.
- E) Ministério da Saúde.

59. As metas fiscais servem como parâmetros para dar confiança à sociedade de que o governo garantirá as condições necessárias à estabilidade econômica e ao controle do endividamento público. Em razão da importância desses indicadores, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas de resultado primário para o exercício a que se referem e para os dois seguintes. Nesse contexto, considere o resumo a seguir das despesas e receitas do Governo Federal em determinado ano:

RECEITA	DESPESA
Receitas Não Financeiras: R\$ 1,7 trilhão	Despesas Não Financeiras: R\$ 2,1 trilhões - Investimentos: R\$ 180 bilhões
Receitas Financeiras: R\$ 1,3 trilhão - Operações de Crédito: R\$ 900 bilhões - Outras Receitas Financeiras: R\$ 400 bilhões	- Inversões Financeiras: R\$ 20 bilhões - Outras Despesas Não Financeiras: R\$ 1,9 trilhão
	Despesas Financeiras: R\$ 1,1 trilhão - Juros e Encargos da Dívida: R\$ 250 bilhões - Amortização da Dívida: R\$ 800 bilhões - Outras Despesas Financeiras: R\$ 50 bilhões
Receita Total: R\$ 3 trilhões	Despesa Total: R\$ 3,2 trilhões

Com base apenas nas informações acima, é correto afirmar que, nesse ano,

- A) a dívida do Governo Federal reduziu-se em R\$ 100 bilhões.
- B) o Governo Federal violou a Regra de Ouro.
- C) o Governo Federal teve um déficit nominal de R\$ 200 bilhões.
- D) o Governo Federal teve um déficit primário de R\$ 200 bilhões.
- E) se a despesa com Juros fosse zero, o superávit primário cresceria R\$ 100 bilhões.

60. Determinado ente público, em janeiro de 2021, contabilizou, entre outras, as seguintes receitas recebidas:

- I. Amortização de empréstimos: R\$ 2.600,00
- II. Aluguéis: R\$ 15.000,00.
- III. Serviços administrativos e comerciais gerais: R\$ 150.000,00
- IV. Arrecadação de impostos: R\$ 350.000,00.
- V. Leilão de bens móveis: R\$ 750.000,00.

Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta corretamente o valor arrecadado por categoria econômica da receita.

- A) R\$ 515.000,00 de receita corrente e R\$ 752.600,00 de receita de capital.
- B) R\$ 350.000,00 de receita corrente e R\$ 917.600,00 de receita de capital.
- C) R\$ 500.000,00 de receita corrente e R\$ 767.600,00 de receita de capital.
- D) R\$ 517.600,00 de receita corrente e R\$ 750.000,00 de receita de capital.
- E) R\$ 150.000,00 de receita corrente e R\$ 602.600,00 de receita de capital.